

A dívida externa e a pobreza da Economia

Raphael Valentino Sobrinho

A silhueta ameaçadora da dívida externa, no mundo contemporâneo, vem fortalecendo, pelo menos na superfície, a posição daqueles que consideram a economia uma ciência em débito com a humanidade, pois sua aparente incapacidade ante tal desafio acaba por transformá-la de uma pretensa "ciência da riqueza", como a configurou Adam Smith, em "ciência pobre", endividada com o gênero humano.

2. Se é esta a visão que sugere o pessimismo simplista, nos próprios países industrializados se desvendam perspectivas mais vigorosas, não de uma "economia política do milagre", mas de rejeição da "fatalidade da pobreza", onde quer que pareça inevitável. Nesse sentido, chega a causar espécie que o livro de autoria de Harold Lever e Christopher Huhne — *Debt and Danger — The World Financial Crisis*, publicado na coleção Penguin Special, não tenha ainda alcançado, no Brasil, a repercussão que merece.

3. O livro abre-se com uma citação de Diderot: "fizemos um labirinto e perdemos-nos nele. Temos de encontrar novamente o nosso caminho". Guiados pelo fio de Ariadne da lógica econômica do egoísmo mútuo e lúcido e não da caridade doentia, Lever e Huhne nos conduzem através de uma "nebulosa psicanalítico-política", em que, num determinado momento, a transferência de recursos parece transformar-se em transferência de culpas e receituário de expiações.

4. Os autores são categóricos na colocação da premissa angular do edifício: até 1982, entendeu-se que deveria existir, por um período prolongado, um fluxo de recursos de uma só mão, dos países desenvolvidos para o Terceiro Mundo, com o objetivo de promover-lhe o desenvolvimento. Esta visão obteve o respaldo de todas as escolas do pensamento econômico, embora por motivos diferentes. Desde a crise que repontou no "setembro negro" de 1982, houve uma reversão desses fluxos em todos os grupos importantes do mundo em desenvolvimento. Já em meados de 1985, o FMI antecipava, para aquele ano, a estimativa de uma transferência de recursos oriundos dos sete maiores mutuários do Terceiro Mundo para os seus credores, equivalente a quase um quinto de suas receitas de exportações de bens e serviços (cerca de US\$ 32 bilhões). E a conclusão de Lever e Huhne, verdadeira navalha de Occam, não se fez esperar: "Esta reversão ou fluxo negativo é uma perversão do senso comum e da economia sadia." Para usar um neologismo que cunhei há tempo, trata-se de um absurdo real em busca de uma lógica de "caritocracia" inversa, que ninguém, até hoje, ousou justificar teoricamente. É uma ditadura da prática.

5. Numa linguagem weberiana, o que Lever e Huhne defendem em seu pequeno-grande livro é uma ética de responsabilidade que devem adotar os governos dos industrializados, com base no argumento de que os devedores não podem fazer mais para resolver seus problemas nem os bancos podem realisticamente, sem maior perda de credibilidade, emprestar mais dinheiro para compensar os fluxos que lhes voltam sob a forma de pagamento de juros. Tal ética de responsabilidade não decorre de nenhuma premissa "caritocrática", mas da própria imprevisão dos governos dos países desenvolvidos — sustentam os autores — que foram incapazes de antever que o serviço da dívida e os repagamentos dos empréstimos não poderiam alimentar-se indefinidamente de novos empréstimos que, além disso, deveriam atender às necessidades correntes.

6. *Debt and Danger* é uma recusa de submissão à sentença que condenaria o Terceiro Mundo à condição perpétua de um Sísifo financeiro — eterno rolar de dívidas. Os autores demonstram que as virtudes esperadas dos devedores dependem, em grande parte, dos credores, a começar pela geração dos superávits comerciais, que estão em estreita correlação com a taxa de crescimento dos industrializados, e pela redução do protecionismo, que os mesmos desenvolvidos obstinadamente praticam. Nesta linha de raciocínio, acentuam os autores que os superávits comerciais dos devedores, associados às transferências negativas, são conseguidos, em larga escala, por meio de drásticos cortes nas importações e que se obtiveram através de depressão da demanda, do produto e do emprego.

7. Ademais, a tentativa dos devedores de repagar suas dívidas, através do corte em suas importações e da geração de maiores exportações, aumenta o desemprego nos países ricos e determina uma tendência deflacionária mundial, que não é um jogo de soma zero. "Todos podem perder, ou todos podem ganhar." Daí o paradoxo de que, nas circunstâncias descritas, o repagamento da dívida torna os países credores mais pobres, em vez de mais ricos. E, dentre os numerosos exemplos, *Debt and Danger* cita um estudo do Federal Reserve Bank of New York, segundo o qual, o declínio de 40% das exportações americanas para a América Latina, entre 1981 e 1983, causou a destruição de cerca de 250 mil empregos nos Estados Unidos.

8. O leitor menos preocupado com o tecnicismo do que com a solução sócio-econômica e política dos problemas do endividamento do Terceiro Mundo será certamente acometido de incontável curiosidade de conhecer as soluções propostas por Lever e Huhne. Como os autores deixam claro, no início do livro, o propósito maior da obra é despertar o entendimento dos governos e dos parlamentos, com relação ao problema, a fim de

avaliar-lhe os custos e perigos e desenvolver a coragem política para agir.

9. Os autores não se furtam, contudo, a um esforço construtivo de soluções, com o fito de superar os impasses presentes. A linha mestra das reformas contempladas na conclusão é a idéia de que os governos dos países industrializados devem assumir, sob modalidades diversas, a responsabilidade de garantias que permitam aos bancos reverter o presente fluxo perverso do Terceiro para o Primeiro Mundo. Para o ano de 1985, os autores estimaram um fluxo da ordem de US\$ 30 a 40 bilhões, montante irrisório, quando comparado aos US\$ 8 trilhões do produto anual dos países desenvolvidos, levando-se também em conta que o aumento desse produto, em anos normais, é da ordem de US\$ 300 bilhões.

10. Embora façam alusões comparativas ao Plano Marshall, os autores não propõem esquemas de doações puras e simples em favor dos países devedores. A tônica das sugestões que favorecem é a da prestação de garantia por parte dos governos dos países industrializados, de forma que os bancos possam suprir recursos novos aos países em desenvolvimento e assim reverter o fluxo negativo, como se analisou. Para tanto, é necessário também — insistem Lever e Huhne — que, na contabilidade dos bancos mutuantes, as dívidas permaneçam *performing*, ou seja, com os juros correntes pagos em dia. Com base em tal garantia dos governos dos países desenvolvidos, acreditam os autores que os pagamentos dos juros passarão a não mais depender, perigosa e indesejavelmente, como tem ocorrido até agora, da realização contínua de um superávit comercial por parte dos devedores, amiúde gerado por compressão de importações, como já se mencionou.

11. As garantias em questão seriam outorgadas na base de um acordo pelo qual os bancos concordariam em deduzir anualmente do total da dívida, conforme as circunstâncias, a parte que fosse considerada má ou duvidosa. Seria igualmente necessário proceder ao reescalonamento dos juros incidentes sobre a parte da dívida que foi deduzida. O ponto nodal deste esquema proposto pelos autores está na premissa de que os governos podem reescalonar com certa frequência, sem perder a confiabilidade, o que não acontece com os bancos, sobretudo quando se vêem na contingência de cancelar velhas dívidas.

12. Vários outros esquemas imaginados e discutidos no livro poderiam ser passados em revista, o que não caberia nos limites desta rápida apreciação crítica. Não se pense, entretanto, que as conclusões de Lever e Huhne são unilaterais no sentido de advogar uma ética de responsabilidade apenas como ônus dos credores. A lógica do egoísmo mútuo é bilateral e críticas não são poupadas à má política macroeconômica de certos devedores, com ênfase na inadequada gestão cambial e consequente deterioração do *trade-off* entre crescimento e dívida.

13. O maior mérito de *Debt and Danger* está no "alarme epistemológico", se me é permitida a expressão, que ressuscita a lógica econômica sadia do egoísmo mútuo e bilateralmente lúcido. Aceitando-se ou rejeitando as teses e a criatividade de Harold Lever, que não é um teórico, mas um arquiteto das finanças internacionais, não se pode deixar de reconhecer-lhe, no verbo e na ação, que, como se disse de Keynes em Bretton Woods, é talentoso demais para estar obrigado à coerência convencional.

Raphael Valentino Sobrinho é diplomata e professor de Economia do Instituto Rio Branco e da UFRJ